



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638626 - SP (2021/0001429-0)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : VANESSA BOIATI - SP207765
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JEFERSON RICARDO DE SOUZA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JEFERSON RICARDO DE SOUZA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado em Execução n. 0026441-67.2020.8.26.0050).

O paciente cumpre pena de 18 anos, 3 meses e 28 dias de reclusão, atualmente no regime semiaberto, em razão de condenação definitiva por crimes de roubo majorado, e teve o pedido de progressão ao regime menos gravoso deferido pelo Juízo da execução, porém o Tribunal de origem deu provimento ao agravo em execução ministerial para determinar a realização de exame criminológico para aferir o adimplemento do requisito subjetivo.

O impetrante sustenta que o paciente está submetido a constrangimento ilegal, pois o acórdão impugnado fez a exigência de exame criminológico para a progressão de regime sem amparo em fundamentação idônea.

Alega que o paciente já cumpriu o lapso temporal exigido para a benesse e que não há elementos concretos no curso da execução que indiquem a necessidade da avaliação exigida.

Requer, liminarmente e no mérito, a cassação do acórdão combatido e o restabelecimento do *decisum* do Juízo da execução que deferiu o regime aberto ao paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente